

BRUNO HENRIQUE SILVA SANTOS

# PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

---

2ª edição

Prefácio  
Paulo Afonso Brum Vaz



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná  
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br  
**www.alteridade.com.br**

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazzon	Jairo Enrique Herrera Pérez
Claudia Rosane Roesler	Jairo Gilberto Schäfer
Daniela Cademartori	José Antonio Savaris
Fabiano Hartmann Peixoto	Marcos Garcia Leite
Guido Aguila Grados	Luis Alberto Petit Guerra
Ingo Wolfgang Sarlet	Paulo Márcio Cruz
Isaac Reis	Zenildo Bodnar

---

S237

Santos, Bruno Henrique Silva  
Prescrição e decadência no direito previdenciário / Bruno Henrique  
Silva Santos - 2.ed. – Curitiba: Alteridade Editora, 2019.  
447p.; 23cm

ISBN 978-85-65782-50-0

1. Direito previdenciário. 2. Prescrição (Direito).  
3. Decadência (Direito). I. Título.

CDD 344.032(22.ed)  
CDU 349.3

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

1154584

Catalogação: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626  
Diagramação e Capa: Jonny M. Prochnow  
Elementos gráficos Freepik.com utilizados na capa.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	19
<b>Capítulo 1 – A SEGURANÇA COMO VALOR JURÍDICO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo 2 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....</b>	<b>29</b>
2.1 - A doutrina jurídica - fundamentos da prescrição e da decadência .....	29
2.2 - Noções gerais sobre a prescrição .....	30
2.2.1 - O regime jurídico da prescrição no Código Civil e no Código de Processo Civil ....	34
2.2.1.1 - Prescrição como matéria de ordem pública .....	34
2.2.1.2 - Regras gerais sobre a prescrição .....	36
2.3 - Noções gerais sobre a decadência e seu regime jurídico.....	38
2.3.1 - A cessação do prazo decadencial - exercício do direito.....	39
2.4 - Distinção entre prescrição e decadência.....	41
<b>Capítulo 3 – CONFLITOS ENTRE A DOCTRINA E A LEI SOBRE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....</b>	<b>49</b>
<b>Capítulo 4 – IMPRESCRITIBILIDADE .....</b>	<b>57</b>
4.1 - A prescrição como regra geral.....	57
4.2 - Delimitação da noção de imprescritibilidade .....	60
4.3 - A imprescritibilidade na doutrina e na jurisprudência .....	61
4.4 - Critérios jurídicos para a verificação da imprescritibilidade .....	68
4.4.1 - Imprescritibilidade decorrente de lei .....	69
4.4.2 - Imprescritibilidade decorrente do objeto da pretensão - direitos fundamentais ....	70
4.4.2.1 - Noção superficial de direitos fundamentais.....	70
4.4.2.2 - Noção de <i>disponibilidade</i> dos direitos fundamentais.....	72
4.4.2.3 - Preservação dos direitos fundamentais contra os efeitos da prescrição e da decadência .....	78
4.4.2.4 - (Im)prescritibilidade da pretensão de reparação dos danos causados pela violação de direitos fundamentais .....	80

4.4.3 - Imprescritibilidade do fundo de direito .....	86
4.4.3.1 - Noção de “fundo de direito” .....	86
4.4.3.2 - A prescrição nas relações jurídicas de trato sucessivo - fundo de direito e prestações dele decorrentes .....	89
4.4.3.3 - Conclusão.....	100
<b>Capítulo 5 – PRESCRIÇÃO DE PRETENSÕES CONTRA O ESTADO NAS RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>101</b>
5.1 - A abrangência do conceito de administração pública para fins de prescrição.....	101
5.2 - Natureza do prazo previsto no art. 1º do decreto nº 20.910/32 .....	104
5.3 - Pretensões contra a Administração Pública submetidas ao prazo prescricional do art. 1º do decreto nº 20.910/32.....	105
5.4 - Demais regras relacionadas à prescrição de pretensões contra a Fazenda Pública ....	107
5.4.1 - Impedimento e suspensão da prescrição durante a análise de requerimento administrativo.....	108
5.4.2 - Interrupção do prazo prescricional.....	115
5.4.2.1 - Recomeço do prazo prescricional pela metade após a interrupção .....	115
5.4.2.2 - Interrupção do prazo prescricional pelo despacho ou pela citação, e retroação à data da propositura da ação.....	116
<b>Capítulo 6 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA ....</b>	<b>123</b>
6.1 - Contextualização do tema.....	123
6.2 - Regramento jurídico aplicável à prescrição e à decadência em matéria previdenciária .....	126
6.3 - Breve retrospecto histórico-normativo .....	131
6.4 - Prescrição e decadência na Lei nº 8.213/91 – direito e pretensões relacionados ao recebimento de benefícios previdenciários.....	135
6.4.1 - Direito adquirido, exercício do direito, nascimento da pretensão e produção dos efeitos financeiros na órbita previdenciária .....	135
6.4.2 - Regra geral sobre prescrição e decadência - art. 103 da Lei nº 8.213/91 em sua redação original .....	140
6.4.3 - Decadência contra os segurados e dependentes em matéria de benefícios previdenciários – regramento jurídico atual.....	143
6.4.3.1 - Inexistência de decadência do direito ao recebimento dos benefícios .....	143
6.4.3.2 - Decadência (parcial) de prestações pretéritas - (ir)retroatividade dos efeitos financeiros do benefício .....	147
6.4.4 - Decadência (Prescrição) do direito de revisão de atos de concessão, indeferimento, cancelamento ou cessação de benefícios previdenciários - análise do art. 103, <i>caput</i> , da Lei nº 8.213/91 .....	148
6.4.4.1 - Natureza decadencial ou prescricional do prazo previsto no art. 103, <i>caput</i> , da Lei nº 8.213/91 .....	150

6.4.4.2 - (In)constitucionalidade do prazo prescricional de revisão do ato de concessão de benefício previdenciário .....	171
6.4.4.3 - Imprescritibilidade da pretensão voltada contra ato denegatório de benefício previdenciário - redação do art. 103 da Lei nº 8.213/91 antes do advento da Medida Provisória nº 871/2019, convertida na Lei nº 13.846/2019 ....	179
6.4.4.3-A - A nova redação do art. 103 da Lei nº 8.213/91 dada pela MP nº 871/2019, convertida na Lei nº 13.846/2019, e a (ainda) imprescritibilidade da pretensão voltada contra ato denegatório de benefício previdenciário .....	198
6.4.4.4 - Imprescritibilidade da pretensão voltada contra ato que suspende ou cancela benefício previdenciário .....	200
6.4.4.5 - Aspectos do ato concessório submetidos ao prazo revisional .....	206
A) Critérios de cálculos do valor do benefício .....	206
B) Inclusão de tempo de serviço/contribuição.....	211
C) Inclusão de tempo de serviço/contribuição reconhecido em reclamatória trabalhista .....	226
D) Revisão dos salários de contribuição em decorrência de reconhecimento, em reclamatória trabalhista, de novas verbas que o integram .....	231
E) Reajustes das prestações seguintes ao ato de concessão do benefício previdenciário .....	231
F) Desaposentação.....	234
G) Revisão de pensão por morte decorrente da revisão de benefício recebido pelo instituidor .....	238
H) Revisão do ato de concessão de benefício anterior que não autorizava a concessão de pensão aos dependentes do beneficiário.....	248
I) Revisão do ato de concessão do auxílio-doença com reflexos na aposentadoria por invalidez na qual foi convertido .....	251
J) Outras revisões de benefícios em cujos períodos básicos de cálculo foram considerados benefícios diversos .....	258
6.4.4.6 - Termo inicial do prazo prescricional decenal .....	259
6.4.4.7 - Prescrição nos casos de revisão de ofício do ato de concessão de benefício previdenciário .....	264
6.4.4.8 - Direito intertemporal - prazo decadencial (prescricional) para a revisão de benefícios concedidos antes da MP 1.523-9/1997 e da MP 871/2019, convertida na Lei nº 13.846/2019 .....	266
6.4.4.9 - Prescrição nas revisões de atos de concessão de benefícios previdenciários determinadas por lei.....	275
6.4.5 - Prescrição da pretensão de recebimento de prestações vencidas de benefícios previdenciários - análise do art. 103, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 .....	281
6.4.5.1 - Objeto de incidência da prescrição quinquenal.....	282
6.4.5.2 - Natureza jurídica do prazo .....	285
6.4.5.3 - Início do prazo prescricional quinquenal.....	285
6.4.6 - Prescrição nos casos de benefícios previdenciários decorrentes de acidente de trabalho - análise do art. 104 da Lei nº 8.213/91.....	286

6.5 - Prescrição do fundo de direito em matéria de benefícios previdenciários .....	291
6.6 - Prescrição de pretensões que não envolvem o pagamento de valores.....	300
6.7 - Prescrição e decadência nas ações previdenciárias coletivas.....	302
6.8 - Causas de impedimento e suspensão do prazo prescricional relacionadas aos benefícios previdenciários.....	305
6.8.1 - Impedimento da prescrição durante a análise do requerimento original do benefício.....	306
6.8.2 - Suspensão da prescrição quinquenal durante a análise de requerimentos posteriores ao ato de concessão .....	309
6.8.3 - Suspensão/Interrupção do prazo prescricional em razão de pedido de revisão do benefício previdenciário .....	311
6.8.4 - Impedimento e suspensão dos prazos prescricional e decadencial em relação aos incapazes.....	320
6.8.4.1 - Impedimento/suspensão do curso do prazo prescricional contra os incapazes - regramento original do código civil .....	320
6.8.4.2 - As alterações promovidas pela Lei nº 13.146/2015 no Código Civil e suas repercussões nos efeitos da prescrição.....	321
6.8.4.3 - Análise da prescrição contra os incapazes frente à Constituição e à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	323
6.8.4.4 - Regramento específico em matéria previdenciária .....	332
6.8.5 - Suspensão/Impedimento do prazo prescricional em razão da propositura de Reclamatória Trabalhista que tenha como objeto tempo de contribuição a ser considerado pelo INSS .....	335
6.9 - Causas de interrupção do prazo prescricional relacionadas aos benefícios previdenciários.....	335
6.9.1 - Despacho que ordena a citação ou a própria citação em processo judicial....	340
6.9.1.1 - Interrupção do prazo prescricional em decorrência da propositura de demandas preparatórias contra o INSS.....	341
6.9.1.2 - Efeitos da interrupção da prescrição em ações coletivas sobre as ações individuais .....	343
6.9.2 - Reconhecimento do direito pelo INSS .....	354
6.10 - Renúncia aos efeitos da prescrição pelo INSS .....	358
6.11 - Particularidades da prescrição e da decadência em alguns dos benefícios previdenciários.....	364
6.11.1 - Pensão por morte .....	364
6.11.2 - Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez .....	370
6.11.3 - Salário-Maternidade.....	374
6.12 - Decadência do direito do INSS de anular atos dos quais decorram efeitos favoráveis a seus beneficiários .....	384
6.12.1 - Histórico normativo .....	385
6.12.2 - Direito intertemporal - prazo para revisão de benefícios previdenciários concedidos antes da entrada em vigor da Lei n. 9.784/99 e da MP 138/2003 .....	387

6.12.2-A - Inconstitucionalidade do prazo decadencial do art. 103-A da Lei nº 8.213/91 .....	402
6.12.3 - Objeto de incidência .....	409
6.12.4 - Natureza jurídica do prazo.....	411
6.12.5 - Marco inicial do prazo.....	412
6.12.6 - Inexistência de prazo decadencial em caso de má-fé.....	413
6.12.7 - Momento em que o direito de anular considera-se exercido.....	414
6.12.8 - Decadência do direito de anular ou revisar pensão por morte objeto de conversão de aposentadoria .....	424
6.12.9 - Decadência do direito de anular ou revisar aposentadoria por invalidez objeto de conversão de auxílio-doença.....	426
6.12.10 - Aplicabilidade do art. 103-A da Lei nº 8.213/91 aos casos de manutenção indevida de benefícios previdenciários concedidos regularmente .....	427
6.13 - Prescrição da pretensão do INSS de cobrança de valores pagos indevidamente....	433
BIBLIOGRAFIA .....	443